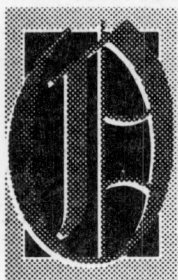


NOSSAS PAIXÕES: a Terra e a Bola*

Arl Lazzarotti Filho (Guego)**

I. Introdução



presente artigo refere-se a um estudo realizado junto a Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde envolvi-me como pesquisador-participante, com o intuito de estudar a cultura de movimento dos assentados.

O trabalho de pesquisa foi realizado no Assentamento São José (Município de Campos Novos, oeste de Santa Catarina) e teve, como complementos, um Estágio de Vivência Interdisciplinar na Fazenda Pirituba (Área I, Município de Itapeva-SP) e uma visita à Escola de Técnico em Cooperativismo Agrícola, administrada pelo MST, na cidade de Veranópolis-RS.

Nas vivências, enquanto pesquisador, fui "adotado" por uma família de assentados, sendo possível conhecer a realidade daquele grupo, seus costu-

mes, seus hábitos, sua história, sua organização, etc. Saindo do núcleo familiar para a comunidade, com uma atuação concreta na realidade, adotei como critério, sempre agir como membro desta, sem "interferir" no meio cultural, nem impor conhecimentos acadêmicos, mas tentando compreender o mundo de movimento dos membros dos assentamentos.

Através destas participações, observei o movimento em diferentes âmbitos:

1. **No âmbito do trabalho:** participando das atividades na lavoura e observando ainda sua força de trabalho como uma manifestação de movimento, já que o trabalho ali desenvolvido é quase todo manual.
2. **Nas Manifestações sociais/culturais:** observando e participando das atividades culturais do assentamento, como reuniões, festas, Jogos, etc.
3. **Na Escola:** através de acompanhamento das aulas, entrevistas com professores e alunos, leituras e debates e,

* Resumo da Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em Educação Física/UFSC, com apoio do DAP/PRPG e orientação do Prof. Giovanni De Lorenzi Pires.

** Aluno de Pós-Graduação (lato-sensu) em Educação Física Escolar, na Universidade Federal de Viçosa/MG.

principalmente, no estudo de materiais produzidos pelo setor de Educação do MST.

As informações coletadas durante os períodos de vivências foram transcritas na forma de um Diário de Pesquisa, no qual eram registradas todas as ações realizadas durante o dia nos diferentes âmbitos, incluindo formas e espaços de movimento, conversas, observações, etc... Também utilizei-me de recursos como fotografia e gravações, em fitas K-7, de conversas e entrevistas, que me permitiram apreender mais concretamente a realidade, buscando prover-me de um maior número de elementos presentes na situação estudada.

Para a realização deste estudo, foram traçados dois objetivos centrais:

- *Conhecer a realidade dos assentamentos, sua história, sua organização e seus objetivos, enquanto movimento social organizado (no caso, o MST) e*

- *Conhecer e sistematizar informações sobre a cultura de movimento existente no assentamento, em diferentes âmbitos do seu mundo vivido.*

Assim, iniciei meu trabalho, fazendo uma análise das relações existentes nos assentamentos, levando sempre em consideração a categoria da totalidade, que nos permite fazer uma análise do sistema social vigente onde, a cada dia, percebe-se, com maior clareza, as desigualdades econômicas e as injustiças sociais em nosso país, visto que, enquanto aproximadamente 32 milhões de brasileiros passam fome, uma pequena parcela da população esbanja comida e riqueza.

Essas desigualdades sociais vem-se ampliando a cada ano que passa. No

ano de 1980, quando o país possuía 120 milhões de habitantes, 12 milhões, isto é, 10 de cada 100 pessoas, ficavam com a metade da riqueza. Este fato agravou-se nos últimos anos:

“De cada 100 brasileiros que vivem no campo, 82 não dispõem de serviço de água potável; 59 não têm instalações sanitárias e 78 não tem luz elétrica” (Henecker, 1990:21).

Como decorrência de todas estas desigualdades e injustiças é que os movimentos sociais começaram a se (re)estruturar, buscando melhoria nas condições de vida, em uma sociedade mais justa e humana. São estes movimentos de resistência e pressão que lutam por um país mais democrático, menos corrupto e comprometido com a maioria da população. Os principais e mais fortes movimentos sociais organizados historicamente no Brasil estiveram/estão relacionados com as lutas pelas terras.

A Luta pela Terra no Brasil e o Surgimento do MST

As lutas pelas terras brasileiras não são fenômenos recentes. Desde o “descobrimento”¹ do Brasil pelos portugueses estas lutas vêm ocorrendo. Os portugueses, que se dizem “descobridores” do Brasil, ao chegarem aqui encontraram milhares de índios. *“Estima-se que, em 1500, havia 5 milhões de indígenas”* (Frei Sérgio et al., 1993:16). Estes foram os verdadeiros habitantes e descobridores do Brasil. Já nesta época começaram as lutas entre portugueses e

índios, e, dos 5 milhões de indígenas existentes no período do “*descobrimento*”, hoje restam menos de 250 mil (Frei Sergio, op.cit.). De lá para cá, tivemos a cultura indígena massacrada pelo homem branco, que destruiu um povo em nome do capital e do poder.

De 1500 até os dias atuais, tivemos muitos massacres desta natureza, e é no meio rural que ocorreram as principais revoltas e conflitos, envolvendo, historicamente, pequenos produtores, mineiros, desalojados de barragens, de terras indígenas, pequenos arrendatários, filho de pequenos agricultores, parceiros, posseiros, assalariados rurais, etc. Este perfil foi-se modificando de acordo com as mudanças sócio-econômicas. Guerra dos Canudos, na Bahia (1870-1897); Contestado, PR e SC (1912-1916); Movimento do Padre Cícero, no Ceará (1930-1934); Lutas dos posseiros de Teófilo Otoni-MG, (1945-1948); Revolta de Dona “Nhoca”, no Maranhão (1951); Revolta de Trombas e Formosa, em Goiás (1952-1948); Revolta do sudoeste do Paraná, (1957); A luta dos arrendatários em Santa Fé do Sul, em São Paulo (1959), foram alguns destes conflitos.

“Todas essas lutas foram conseqüências do enorme contingente de trabalhadores rurais sem-terra que já existia no país, enquanto, por outro lado, permaneciam imensas áreas de terra sem nenhuma utilização. A ganância dos proprietários em aumentar suas áreas levava ao confronto com esses parceiros e posseiros, que reagem com as armas nas mãos.” (Frei Sérgio et al., op.cit.: 19).

Com o golpe de 1964 tivemos a “paz” no campo onde, através da repressão militar, estas mesmas injustiças continuaram acontecendo, mas caladas pelas repressões. Na década de 80 surgiu, contra os privilégios nas mãos de poucos, contra as injustiças sociais e a dificuldade em manter as pequenas propriedades no campo, o **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST**, que tem buscado, através do coletivo e da organização sólida e concreta, lutar e dar uma melhor condição de vida para os trabalhadores que conseguem (enquanto direito) um pedaço de terra para plantar. Sua luta é por uma melhor distribuição das terras, a tão sonhada reforma agrária.

“Trata-se de uma luta entre o capital e o trabalho, centrado na tentativa de apropriar-se ou reapropriar-se da parte que lhes cabe no conjunto da sociedade” (Fleck, 1986:54).

Esta luta pela terra teve como marco, em 1979, em plena ditadura militar, a ocupação da Fazenda Sarandi, no Noroeste do Rio Grande do Sul.

“Não é demais reforçar que estas conquistas resultam de lutas organizadas e motivadas pelo direito à vida - garantida pelo trabalho (terra) e à dignidade, garantida pelas condições de cidadania”. (Fleck, op. cit.: 53).

Estes trabalhadores não querem a terra para especulação, ou para reserva de recurso; querem a terra para sustentar sua família, para viver com dignidade, sem serem explorados pelos seus patrões. Entendem que, para isso, não bas-

ta conseguir a terra para si mesmos, mas sim que haja uma política de reforma agrária, onde não se distribua a pobreza, resultando

"...em pequenos proprietários isolados, descapitalizados, impotentes diante das regras do mercado capitalista e das condições naturais de cada região."
(Santana, 1993:15).

II. Análise da Cultura de Movimento nos Assentamentos do Mst

Para um melhor esclarecimento da expressão utilizada, referida por KUNZ (1991), cultura de movimento é aqui entendida como o conjunto de movimentos corporais humanos, com sentido e significado próprios, que são característicos de determinados grupos sociais e influenciados por fatores como origem cultural, região, clima, etc. Esta compreensão extrapola a visão reducionista que estuda o movimento pelo movimento em si, como um ato mecânico, determinado apenas por razões biológicas, comum à Educação Física tradicional..

Tais observações, como foi referido anteriormente, foram realizadas em três âmbitos: no processo de trabalho, nas relações sociais/culturais e no contexto da escola. Não há como dividir a cultura de movimento, assim como não se divide a cultura, no entanto utilizarei a divisão para apresentar aqui as descrições/análises, apenas com o objetivo de facilitar o seu entendimento.

2.1. A Cultura de Movimento no Trabalho

Não há como se analisar a cultura de movimento sem antes explicitar a compreensão do trabalho e suas dimensões dentro do referencial utilizado. Assim, é necessário retornar-se a alguns milhões de anos onde, num determinado momento, o ser humano passou da posição quadrúpede para a bípede, libertou as mãos do chão, conseguindo também transformar a pedra num instrumento pontiagudo, manipulando-a para defender-se de outros animais e para adquirir seu alimento. *"Deste modo, a mão não é apenas o órgão de trabalho, é também produto do trabalho"* (Engels, 1980:9). Sem dúvida, essas alterações não ocorreram de maneira simples e linear; foram necessários alguns milhões de anos para que a relação homem/mulher-natureza se constituísse da forma que se apresenta hoje, tendo o trabalho como elemento organizador da vida social.

Desta forma, o trabalho, entendido como processo de construção histórica e cultural, libertou os seres humanos da dependência direta da natureza para obter condições de sobrevivência, conseguindo quase dominá-la e transformá-la. Constituiu-se, dessa forma, num conjunto formado por várias contradições, onde nos libertamos da dependência dos fenômenos naturais, para entrarmos noutra joga, o do homem pelo próprio homem. Ou seja, das contradições originadas pela natureza, vivemos hoje com contradições sociais, construídas nas relações de trabalho estruturado e definidas pelos próprios seres humanos.

Nesse sentido, é o trabalho que humaniza, que constrói o próprio homem

e a mulher em suas relações com os outros homens e mulheres em sociedade. Se esta afirmação é verdadeira, como explicar-se este trabalho que se transformou numa forma desagradável, alienante, embrutecendo o próprio homem?

“Em lugar de realizar-se no seu trabalho, o ser humano se aliena nele; em lugar de reconhecer-se em suas próprias criações, o ser humano se sente ameaçado por ela; em lugar de libertar-se, acaba enrolado em novas opressões” (Konder, 1987:30).

Para Marx, as causas essenciais desta deformação, são a divisão social do trabalho, a apropriação privada das fontes de produção e o aparecimento das classes sociais (cf. Konder, 1987).

A divisão social do trabalho expõe o trabalhador, entre outras opressões, ao excesso de trabalho, sedimentando uma visão fragmentada e superficial do todo e impedindo-o de ter uma percepção clara da totalidade. Desta maneira, ele passa a ter um entendimento dos condicionantes sociais ao nível do senso comum, tornando-se hegemônica a visão expressa por quem detém os meios de produção.

Com o domínio dos meios de produção, há a apropriação da força de trabalho, onde podemos traduzi-la como apropriação privada das fontes de produção. Desta apropriação, constroem-se as condições para o aparecimento das classes sociais, distinguindo e separando os que detêm os meios de produção, daqueles que detêm a força de trabalho.

Este é o sentido da organização social em que vivemos. Observamos, nas várias instâncias da sociedade, a busca pelo acúmulo de capital, a divisão

em classes sociais antagônicas, a “livre” concorrência, a dominação, a competição, a exclusão da maior e outros fatores que deterioram as relações sociais, situação agravada pela “onda” neoliberal que assola os países subdesenvolvidos, de capitalismo dependente e periférico, como é o Brasil.

A libertação destes moldes estabelecidos pela sociedade capitalista é almejado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que busca o desatrelamento da sua força de trabalho em relação ao capital. Conseguindo tal libertação, o Movimento persegue, através da produção coletiva, a construção de novas relações entre o trabalho/homem/mulher, buscando uma relação de desalienação.

Daí resulta sua proposta alternativa que busca empreender novas relações, trabalhando coletivamente, unindo forças e acreditando na idéia de que o resultado do trabalho coletivo é sempre maior que a soma dos trabalhos individuais. Então, propõe uma nova forma de organização social, sem padrões nem empregados, sem explorados nem exploradores, sem donos nem expropriados, com a valorização de toda forma de trabalho, e isto só pode acontecer pela opção política por uma nova sociedade.

No *Estágio de Vivência Interdisciplinar*, promovido pelo movimento estudantil, onde participaram 23 alunos de 9 cursos de todo o Brasil, na Fazenda Pirituba Município de Itapeva-SP, a cooperativa COOPROCOL mostrou este exemplo. Com 13 famílias, 47 sócios, ela hoje consegue ter uma variação de produção, desde agricultura, gado leiteiro, suíno, fruticultura, etc. Diversificou sua produção, tentando superar a crise da monocultura. O trabalho é totalmente

coletivo. As decisões, desde o que plantar até o que fazer com o montante produzido, são tomadas coletivamente, bem como a participação política desta Cooperativa junto ao Setor de Cooperativas do MST e com a Coordenação Geral do Movimento. Nesta forma de organização, o trabalhador acaba tendo uma visão mais ampla da produção, pois a mesma não se fragmenta, viabilizando-se a compreensão do todo.

Como não poderia ser diferente, o trabalho dos assentamentos são todos relacionados com a terra; justificável, visto que é um movimento de trabalhadores rurais. O trabalho desenvolvido por estes trabalhadores representa uma cultura passada de geração para geração, que resulta em produzir, principalmente, para a sobrevivência. Importante é perceber que, este trabalho, é quase todo artesanal, onde, sem o auxílio dos implementos agrícolas (resultantes das novas tecnologias a que não têm acesso), estes trabalhadores usam de sua força de trabalho físico para conseguirem o produto agrícola necessário para continuação de suas vidas.

Existem também diferentes formas de cooperação entre os assentados que se ajudam mutuamente, valorizando todo o trabalho, trocando conhecimentos e, assim, mostrando alguns princípios de uma sociedade socialista, sem a exploração do homem pelo próprio homem.

Dentre o trabalho dos assentados, a mulher possui sua função, principalmente, voltada para a casa, ainda que, em muitos momentos, atue junto com os homens nos trabalhos mais pesados da roça. Preocupadas para que seu trabalho

não atinja a dupla jornada (trabalho doméstico, mais trabalho da roça), geralmente, a mulher incumbe-se somente dos trabalhos domésticos. Mas esta divisão do trabalho não significa uma submissão ou desvalorização desse seu trabalho, pois ele é tão importante quanto o do homem, sendo sua participação política ativa e de igual intensidade aos dos homens nas discussões e decisões.

O assentamento São José está localizado a 30 km de Campos Novos, município a que pertence, e a 15 km de Erval Velho, município mais perto e mais utilizado pelos assentados para compras, hospitais, supermercados, farmácias, etc. A família Bussolaro mora a 2 km da comunidade e a 2 km das terras onde cultivam suas plantações, além de que, os demais moradores da comunidade residem todos longe.

Para se ter acesso a qualquer uma destas referências, a única forma é caminhando, pois não possuem nenhum outro meio de locomoção. Esta condição básica adquirida pelo ser humano pode se caracterizar por ter sentidos e significados conforme as situações em que é empregada. O assentado, ao fazer suas caminhadas para roça, para as reuniões, para as festas, para as compras na cidade, para visitar amigos, para ir à igreja, expressa um movimento que, dentro da sua cultura, tornou-se uma necessidade de subsistência e de relações com outros homens. Sua caminhada faz parte do seu trabalho e é determinante para sua sobrevivência. Com isto, esta caminhada atinge dimensões que extrapolam o movimento compreendido apenas como o deslocamento do corpo no espaço-tempo.

2.2 - A Cultura de Movimento nas Relações Sociais/Culturais

Durante o período em que desenvolvi o Estágio realizado na Fazenda Pirituba Área I, a comunidade preparava-se para participar da I Olimpíada do MST do Estado de São Paulo, que realizou-se de 14 a 18 de janeiro de 1995, na cidade de Promissão-SP, onde participaram mais de 500 assentados de todo o Estado, numa promoção da Coordenação Estadual-SP do MST e da Secretaria de Esportes da cidade-sede. Gilmar Mauro, Coordenador Estadual do MST, em entrevista, assim descreve a Olimpíada:

“Nós, do movimento, temos a clareza que temos um campeonato, uma olimpíada muito maior que esta em disputa, cujo prêmio principal é a reforma agrária. É com este entendimento que nós viemos para esta olimpíada, é com este entendimento que nós desenvolvemos esta olimpíada, neste clima de amizade e por esta razão acredito que é salutar, é importante para a luta e pró movimento”.

Mesmo tendo esta clareza como, explica Gilmar Mauro, a Olimpíada foi realizada nos moldes tradicionais: competição, premiação dos melhores, exclusão da maioria, rivalidade, discussões, confusões, etc. Apesar de todos estes traços característicos da representação esportiva, aconteceram algumas atividades que caracterizaram a Olimpíada como sendo uma organização além dos moldes tradicionais, como, por exemplo, a misti-

ca, a organização e discussões efetuadas pelos próprios trabalhadores, as confraternizações características do MST, o desfile pelas ruas da cidade, levando os instrumentos de trabalho, os produtos de seu trabalho, etc.

Defendendo o homem na sua totalidade, o MST não pode reproduzir os valores burgueses na representação formal do esporte. Necessita, sobretudo, da superação destes valores, também, no esporte, pois, um dos erros dos partidos políticos de esquerda e das organizações alternativas, é não discutir o esporte, também reproduzindo, dentro dele, concepções que são ignoradas no contexto político.

“...Sem negar o lado prazeroso, divertido, lúdico destes fenômenos, eles devem ser revistos a partir do prisma da criação como obra do corpo intelecto, da imaginação, sensibilidade, da reflexão, da experiência e do debate” (Cristan, 1993:138).

É valorizando a cultura existente de uma determinada organização social, como é o caso do MST, que podemos perceber as manifestação do jogo e o seu valor, quando este é resultante da construção, tornando os próprios jogadores sujeitos das suas regras e das suas formas. O “futebol de potreiro” é um exemplo de como o jogo (ou o esporte) pode ser construído e (re) construído.

No assentamento São José, reúne-se a gurizada que vai jogar bola onde tenha um pedacinho de grama. Quase sempre isto acontece nos domingos ou em dias de chuva, quando não é possível ir à roça. O pessoal se reúne e começa a

jogar. O jogo não tem fim, começa pela manhã e se estende enquanto tiver jogadores. Ocorrem muitas substituições, pois chegam novos participantes, enquanto outros tem que fazer alguma atividade, mas logo voltam e se reinteegram no grupo. O jogo, todavia, não pára.

Improvizando bola, goleiras, dimensões, etc., todos jogam de pés descalços. Em um dos campos há um rio, onde a bola acaba caindo de vez em quando. O jogo transforma-se numa festa porque surgem brincadeiras, gozações entre os colegas. Participam desde crianças de 5 anos até senhores de 60 anos. Com a organização formal do esporte, através das regras que regulamentam as modalidades desportivas, estas acabam massificando-se e padronizando o esporte, de maneira geral, nos diferentes estados, regiões e países. Desta forma, não se respeita a especificidade local e cultural dos grupos, tornando-os subordinados a tais regras. É a valorização destas atividades, manifestadas através dos momentos informais, da ludicidade esquecida, em função do mundo produtivo e do acúmulo do capital que, na perspectiva da construção de novos valores, necessita-se resgatar, valorizar e preservar. Nesta mesma perspectiva, considero também, a construção do brinquedo pelas próprias crianças, dentro dos assentamentos, o que dá um valor especial ao ato de brincar.

Devido a industrialização maciça dos brinquedos, as crianças não participam mais de uma importante etapa do ato de brincar. Falo da construção do brinquedo pela própria criança. Este brinquedo, hoje, já traz a brincadeira definida, através de seus manuais, da reprodu-

ção (réplicas) dos adultos, com sua função pré-determinada, inibindo, assim, o potencial criador existente na criança. O brinquedo não é mais uma necessidade do ato de brincar, mas, sim, do ato de consumir.

O capitalismo se substancia através do consumo e usa de todos os artificios para explorar. E, em nome deste lucro, destrói uma cultura, "aliena" o ser humano, na medida em que este não mais necessita usar seu potencial criador, mas apenas consumir. Através dos recursos tecnológicos postos a serviço do capital, o produto está sempre pronto para o consumo.

Quero crer que a ludicidade extrapola estes mecanismos. Através dela, é possível a construção e a realização de uma atividade que resgata o brinquedo como criação/trans formação (do próprio brinquedo) e não apenas "reprodução". Pois o lúdico contribui para a humanização do homem, para a sua vida e, portanto, não visa "lucros".

O brincar, nestas condições, atinge uma nova dimensão, pois o sentido e o significado do ato de brincar, depois da construção do brinquedo, é valorizada e passa a ter um valor sentimental, pois ele exigiu esforço, criatividade e é resultante da atividade da própria criança.

Este brincar em contato direto com a natureza², desperta na criança a sensibilidade pelo valor e pela importância da mesma, assim: "*O ar, a água, o tempo, o espaço são vividos pelo contato, pelo prazer de senti-los, e não como elementos a serem superados e vencidos*" (Santin, 1994:33). Nesta relação homem-mulher/natureza, a sensibilidade da criança pela natureza é despertada, pois

é daí que vem toda sua sobrevivência, e é por ela (a terra) que lutaram/lutam tanto. Pois a terra é um patrimônio da humanidade, como expressam alguns princípios do MST; a terra deve estar nas mãos de quem nela trabalhe e de quem dela necessita para sobrevivência e não para exploração, acúmulo de capital, especulação, etc.

2.3 - A Cultura de Movimento na Escola

Numa proposta de construção de uma nova sociedade, com o objetivo de mudar as desigualdades existentes, transformando alguns valores determinados socialmente para formar um novo homem e uma nova mulher para esta nova sociedade, o MST identifica a escola como espaço privilegiado para tais mudanças.

Entende que não adianta defender uma proposta superadora, lutando para construção de uma nova cultura, se a escola, atrelada ao Estado, continua refletindo a ideologia dominante.

Para tanto, dentro da sua organização, o MST possui um setor responsável pela educação dos assentamentos³ e acampamentos⁴. Este setor organiza e é responsável pela educação comprometida com aquela realidade e dentro dos princípios defendidos pelo Movimento como um todo. Assim, esta proposta segue as orientações do que conhecemos como Educação Popular, entendida como a Educação "das e para" as classes populares, comprometida com seus interesses de classe, de sua realidade (cf. Wanderley, 1984). As escolas dos assentamentos do MST devem ser um lugar que:

- *prepare as futuras lideranças e os futuros militantes do MST, dos sindicatos, das associações, das cooperativas de produção de bens e serviços, e de outros movimentos populares;*
- *mostre a realidade do povo trabalhador, da roça e da cidade, mostre o porquê de toda exploração, do sofrimento e da miséria da maioria, mostre o porquê do enriquecimento de alguns e mostre o caminho de como transformar a sociedade.*
- *pense como deve funcionar esta nova sociedade que os trabalhadores estão construindo. (MST - Caderno de Formação, 1991).*

Esta escola diferente tem que ser democrática, onde as pessoas tenham espaços de participação, através dos conselhos de educação, das assembléias e das reuniões, pois as crianças que vivem concretamente a experiência de uma escola democrática, terão mais facilidade de participar do coletivo do assentamento, da organização do MST, do sindicato, do partido político, pela democratização de toda a sociedade.

Para que haja uma relação da comunidade com a escola e desta com a comunidade, o professor tem que vivenciar o dia-a-dia do assentamento, suas reuniões, festas, jogos... enfim, tem que ser um militante para, na sua prática pedagógica, transmitir e estar comprometido com esta nova escola. Interagindo com a comunidade, ele poderá compreender mais sobre sua cultura, sua organização, suas prioridades, seus problemas, podendo contribuir para a formação do indivíduo na sua totalidade, respeitando sua organização. A escola deve, principalmente, estar formando a criança para uma nova

ética, que possa superar valores burgueses, como o individualismo, o autoritarismo, a acomodação, a corrupção, o personalismo, o machismo, o racismo, etc..., que atrapalham o avanço da organização e da luta. A escola deve ser o lugar da vivência e do desenvolvimento de novos valores, como o companheirismo, a solidariedade, a responsabilidade, o trabalho coletivo, a disposição de aprender sempre, a ternura, o saber fazer bem feito, a indignação contra toda e qualquer injustiça ocorrida na sociedade.

III. Uma Tentativa de Síntese (Não Conclusiva) do Papel (Possível) da Educação Física nos Assentamentos do MST

Sem a pretensão de levantar uma proposta para a Educação Física nos Assentamentos do MST, pois este não foi o objetivo do estudo, apresento aqui alguns pressupostos para uma Educação Física do e para os Assentamentos.

Percebo esta possibilidade a partir do princípio da cultura de movimento, entendida como objeto de estudo da Educação Física, sendo que, através desta perspectiva, encontra-se sua justifica enquanto prática social. A cultura de movimento se caracteriza pela ação e contextualização do homem em movimento, movimento este marcado por uma intencionalidade, que tem seus sentidos/significados decorrentes das diferentes culturas, representando aspectos próprios de cada grupo ou classe (cf. Kunz, 1991).

Por isso, é necessária uma Educação Física voltada para sua realidade, que desvele sua cultura, sua organização e sua contextualização. Assim, poderá então servir para conscientização e desenvolvimento de um espírito crítico, contribuindo para promover a emancipação deste cidadão.

Assim, ela se justifica muito mais, como estratégia educacional esclarecedora, do que como uma sistematização lógica de exercícios corporais. Neste sentido, torna-se importante, para que se realize um trabalho nesta direção, compreender a Educação Física numa concepção mais ampla, extrapolando o reducionismo da reprodução do esporte institucionalizado, que transmite uma ideologia hegemônica burguesa.

Não se trata de negar o esporte mas, através da sua interpretação, desenvolver a capacidade de compreender os valores e condicionantes sociais que se apegam a ele, proporcionando meios para que seja entendido para além do movimento mecânico, mas como um movimento que tem sentido e significado próprios. Para isso, é necessário,

“uma estratégia de intervenção na realidade social a partir de uma relação pedagógica capaz de interpretar as relações sociais de uma sociedade historicamente determinada, e interferir no seu desdobramento” (Varjal, apud Soares et al., 1992:50).

Na verdade, este artigo pretende sintetizar algumas idéias elaboradas a partir de minha experiência com o MST, de estudos realizados no curso de Edu-

cação Física e na própria militância no movimento estudantil. A temática central da análise que tento fazer, relaciona-se à forma como a cultura de movimento expressa-se no pensar/sentir/agir de homens, mulheres e crianças nos assentamentos e acampamentos do MST, onde a relação trabalho/produto/cultura possui configurações muito específicas, ditadas pelas relações sócio-políticas ali empreendidas.

Notas

- ¹ Na verdade, existe hoje uma releitura por parte dos historiadores sobre a chegada dos portugueses ao Brasil.
- ² O amor à natureza despertado pelo brincar desenvolve, também, a consciência ecológica, de explorar/preservar a terra de quem vive (e morre) por ela.
- ³ Os assentamentos são formas de organização cujas famílias já estão com a posse da terra, com casas fixas.
- ⁴ Os acampamentos são agrupamentos de famílias que ainda não estão fixadas numa propriedade e esperam a desapropriação ou uma nova invasão.

Referências Bibliográficas

- CRISTAN, Lúcia Maria: "Participação Popular e Políticas Públicas em Esporte e Lazer". In: *Ensaio: Educação Física e Esportes*. Vol. 1. Vitória-ES, 1993. (Org. Amarílio Ferreira Neto)
- ENGELS, Friedrich. *Transformação do macaco em homem*. In: ENGELS, F. et al. *O papel da cultura nas ciências sociais*. Porto Alegre-RS, Vila Martha, 1980.
- FLECK, Luís Fernando. "Considerações sobre a participação dos trabalhadores nos assentamentos". In: *Contexto & Educação*, Ijuí, 1 (2):53-55, abr/jun-1986.
- FREISÉRGIO et al. *Aluta Pela Terra no Brasil*. São Paulo : Página Aberta, agosto, 1993.
- HENECKER, Marta. *Para compreender a sociedade*. São Paulo : Brasiliense, 1990.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética*, 17.ed. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- KUNZ, Elenor. *Educação Física: Ensinos & Mudanças*. Ijuí : Ed. UNIJUÍ, 1991.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. "O que queremos com as Escolas dos Assentamentos". In: *Caderno de Formação* n.18, julho, 1991.
- _____. *Boletim da Educação*, n.1, agosto, 1992.
- SANTANA, Eudoro. *Erros que afastam a esquerda da reforma agrária*. In: *Políticas governamentais*. IBASE, Vol. IX (95): 13-16, 1993.
- SOARES, Carmem Lúcia et al. *A educação física escolar na perspectiva do século XXI*. In: MOREIRA, W. *Educação Física e esportes: Perspectiva para o século XXI*. Campinas : Papyrus, 1992.
- SANTIN, S. *Da alegria do lúdico à opressão do rendimento*. Porto Alegre, EST/ESEF, 1994.
- WANDERLEY, Luís Eduardo. *Educação Popular e processo de democratização*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *A questão política da Educação Popular*. São Paulo : Brasiliense, (63-78), 1984.